

ÍNDICE

PARTE I O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO	9
1. O procedimento tributário	9
1.1. A “privatização” do procedimento	11
2. Princípios do procedimento tributário	12
2.1. Princípio da legalidade	12
2.2. Princípio da imparcialidade	16
2.3. Princípio da proporcionalidade	17
2.4. Princípio da celeridade	19
2.5. Princípio da colaboração	21
2.5.1. O dever de esclarecimento e informação por parte da administração fiscal	21
2.5.2. O dever de colaboração dos sujeitos passivos	27
2.6. Princípio da boa fé (proteção da confiança)	31
2.7. Princípio da participação	33
2.7.1. Audição prévia	33
2.8. Princípio da confidencialidade	47
CAPÍTULO II – OS SUJEITOS	53
3. Os sujeitos	53
3.1. As administrações tributárias	53
3.2. Os sujeitos passivos	55
4. Legitimidade	56
4.1. Legitimidade da administração tributária	56
4.2. Legitimidade dos sujeitos passivos e de outros interessados	58
CAPÍTULO III – ESTRUTURA DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO	61
5. A dinâmica procedimental	61
5.1. O impulso procedimental	61
5.2. A instrução	62

6. O princípio do inquisitório	63
6.1. A suficiência da instrução	66
6.2. Os meios de prova	68
7. A decisão	77
7.1. A fundamentação da decisão	78
7.2. O incumprimento do dever de decidir	86
 CAPÍTULO IV – OS ATOS PROCEDIMENTAIS	87
8. Prazos	87
9. Notificações	89
9.1. A notificação como causa impeditiva da caducidade do direito à liquidação	89
9.2. Conteúdo das notificações	91
9.3. Formalismo das notificações por via postal	96
9.3.1. Notificações a mandatários	97
9.3.2. Presunções de recebimento das notificações (por via postal)...	98
9.4. Notificações eletrônicas	100
 CAPÍTULO V – DOS PROCEDIMENTOS EM ESPECIAL	103
SECÇÃO I – PROCEDIMENTOS DA INICIATIVA DOS SUJEITOS PASSIVOS	103
10. Procedimento de informação vinculativa	103
10.1. Informações vinculativas “normais”	104
10.2. Informações vinculativas urgentes	106
10.3. A vinculação da administração fiscal	108
11. Procedimento de inspeção por iniciativa do sujeito passivo e procedimento de avaliação prévia	110
12. Acordos prévios (preços de transferência)	114
13. Procedimento para o reconhecimento de benefícios fiscais	118
13.1. Contratos fiscais	119
13.2. Reconhecimento de benefícios fiscais	120
13.3. Revogação e caducidade dos benefícios fiscais	123
13.4. Perda do direito a benefícios fiscais	124
14. Procedimento para a ilisão de presunções legais	125
15. Procedimento de dação em cumprimento	126
16. Procedimento de compensação	127
17. Procedimento de subrogação	131
18. Planeamento fiscal abusivo	132
SUBSECÇÃO I – PROCEDIMENTOS DE NATUREZA LITIGIOSA	135
19. O princípio da impugnação unitária	135
20. Segunda avaliação de imóveis	138
20.1. Valor patrimonial distorcido	140

21. Procedimento de revisão da matéria coletável fixada por avaliação indireta...	142
21.1. Regime simplificado.....	142
21.2. Manifestações de fortuna	143
21.3. Acréscimos injustificados de património ou de despesa.....	145
21.4. Ilisão parcial da presunção	147
21.5. Impossibilidade de determinação direta e exata da matéria coletável ..	149
21.6. O procedimento de revisão	150
22. Procedimento de reclamação.....	158
22.1. O princípio do duplo grau de decisão	159
22.2. Atos “não reclamáveis”.....	159
22.3. Reclamação dos atos interlocutórios.....	160
22.4. A reclamação como procedimento impugnatório	160
23. Procedimento de correção de erros da administração tributária.....	162
24. Procedimento de reclamação graciosa	165
24.1. Reclamação graciosa e revisão dos atos tributários por iniciativa do sujeito passivo	165
24.2. Carácter facultativo da reclamação graciosa.....	167
24.3. Âmbito da reclamação graciosa; as reclamações administrativas ...	169
24.4. Prevalência da impugnação judicial.....	172
24.5. Apresentação, fundamentos e prazos de interposição.....	174
24.6. Convolução de (nova) declaração em reclamação graciosa	181
24.7. Regras fundamentais	182
24.8. Cumulação, coligação e apensação	187
24.9. Tramitação	190
25. Recurso hierárquico.....	190
SECÇÃO II – PROCEDIMENTOS DA INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL	195
26. Procedimentos de liquidação e cobrança	195
26.1. Cobrança	197
26.2. Pagamento em prestações e pagamentos parciais	198
27. Compensação por iniciativa da administração	202
28. A revisão dos atos tributários por iniciativa da administração fiscal	203
28.1. Erro imputável aos serviços	204
28.2. Prazo	206
28.3. Revisão oficiosa e sentença judicial	207
28.4. O procedimento de revisão excecional.....	207
28.5. O direito à revisão oficiosa.....	212
29. O procedimento de inspeção	214
29.1. Tramitação.....	218
29.2. Prazos	221
29.3. Garantias dos inspecionados	223
29.4. Regularização voluntária da situação tributária	226

29.5. Atribuição de eficácia vinculativa ao Relatório de Inspeção	227
30. Procedimento para aplicação da cláusula geral antiabuso.....	227
31. Procedimentos de avaliação indireta (remissão)	229
32. Procedimento de acesso a informações e documentos bancários	229

PARTE II PROCESSO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO VI – PRINCÍPIOS	241
33. O processo judicial tributário	241
34. Princípios do processo Judicial tributário	245
34.1. Promoção processual.....	245
34.2. Âmbito do processo	246
34.3. Prossecução processual.....	250
34.4. Princípios relativos à prova	254
34.4.1. Princípio da investigação	254
34.4.2. Meios de prova	257
34.4.3. O ónus da prova objetivo	258
34.5. Princípios relativos à forma processual: imediação e oralidade ...	260
CAPÍTULO VII – A JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA.....	263
35. Os tribunais tributários	263
35.1. A dualidade de jurisdições	265
35.2. Competência	268
35.2.1. Competência em razão da matéria.....	268
35.2.2. Competência em razão da hierarquia	272
35.2.3. Competência em razão do território	274
CAPÍTULO VIII – AS PARTES	279
36. O particular	279
36.1. Patrocínio Judiciário.....	280
37. O Representante da Fazenda Pública e o Ministério Público.....	281
CAPÍTULO IX – AS FORMAS PROCESSUAIS.....	287
38. Processo de impugnação	287
38.1. Âmbito	287
38.2. Cumulação de impugnações.....	288
38.3. Tramitação.....	292
39. Ação administrativa especial	304
40. O contencioso das normas regulamentares	308

41. Procedimentos e processos cautelares.....	310
41.1. Medidas cautelares da competência da administração fiscal	310
41.2. Arresto e arrolamento.....	311
41.3. Providências cautelares no interesse do contribuinte.....	316
42. Ações para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	320
43. Meios processuais acessórios	323
43.1. Intimação para a consulta de documentos e passagem de certidões.....	323
43.2. Produção antecipada de prova.....	325
43.3. Processo de derrogação do dever de sigilo bancário (remissão)...	326
43.4. Execução de julgados	327
43.4.1. Execução espontânea	327
43.4.2. Execução coerciva de sentenças judiciais.....	331
43.4.3. Execução de atos administrativos consolidados	337
44. Intimação para um comportamento.....	339
45. “Recursos” judiciais no processo de execução fiscal	340
45.1. Oposição à execução	341
45.2. Reclamação para o juiz	346
46. Recursos jurisdicionais.....	350
46.1. Grau único de recurso	351
46.2. Recursos regulados pelo CPPT	354
46.3. Recursos regulados pelo CPTA.....	359
46.4. Recurso por oposição de acórdãos	360
46.5. Recurso de revisão de sentença.....	363
 CAPÍTULO X – JUROS INDEMNIZATÓRIOS	 365
47. O direito a juros indemnizatórios	365
47.1. Erro imputável aos serviços	366
47.2. Anulação do ato tributário por vício de forma	371
47.3. O reconhecimento do direito a juros indemnizatórios	372
47.4. Contagem dos juros indemnizatórios.....	374
47.5. Juros indemnizatórios e juros moratórios	375
 CAPÍTULO XI – ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA	 377
48. A consagração legal da arbitragem tributária.....	377
48.1. O modelo de arbitragem tributária acolhido	382
49. Crítica a alguns aspetos do sistema.....	388
50. Tramitação processual	391
50.1. Requerimento inicial	391
50.2. Manutenção ou revogação do ato tributário	393
50.3. Constituição do tribunal arbitral.....	394

50.4. Contestação	394
50.5. Instrução	395
50.6. Decisão arbitral	396
50.7. Recurso e impugnação da decisão arbitral	397
 Bibliografia	 401
Índice Analítico	415